

**observatório
universitário**

***Ensino Universitário, Corporação e Profissão:
Paradoxos e Dilemas Estratégicos do Brasil***

Documento de Trabalho nº 55

Edson Nunes

Versão Preliminar para Comentários e Sugestões

Maio de 2006

O **Observatório Universitário**, é um núcleo do instituto **Databrasil – Ensino e Pesquisa**, que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O **Observatório Universitário** alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série *Documentos de Trabalho* tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário
Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

Edson Nunes
enunes@databrasil.org.br

Coordenação

Edson Nunes
Paulo Elpídio de Menezes Neto

Coordenação de Projetos

Violeta Monteiro

Equipe Técnica

André Magalhães Nogueira
David Moraes
Enrico Martignoni
Fernanda Joffily França
Helena Maria Abu-Mebri Barroso
Leandro Molhano Ribeiro
Márcia Marques de Carvalho
Patrícia de Oliveira Burlamaqui
Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro
20011-901 – Rio de Janeiro – RJ
Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br
<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

S U M A R I O

I - EDUCAÇÃO SUPERIOR E MATRIZ PROFISSIONALIZANTE	4
II - CONTRADIÇÕES: FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E MERCADO DE TRABALHO	10
III.1 - FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO: CONTRADIÇÃO OU COMPLEMENTARIDADE	12
III.2 - FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO: UM PROBLEMA DE ENFOQUE	23
<u>A N E X O S</u>	<u>28</u>
<u>SOBRE O(S) AUTOR(ES)</u>	<u>36</u>
<u>DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO</u>	<u>37</u>

I - EDUCAÇÃO SUPERIOR E MATRIZ PROFISSIONALIZANTE

A relevância e o conteúdo do ensino superior no Brasil estão amarrados à decisão pregressa de que a educação superior existe para oferecer educação profissional. Esta decisão, no rastro de modelagem francesa ancestral, exige que os estudantes brasileiros tenham sua visão de mundo simplificada pelo que pode ser chamado de *profissionalização precoce*¹. Ou seja, desde os 15/16 anos, os estudantes do ensino médio precisam começar a optar pela profissão futura, de modo a definir o curso de graduação a ser realizado e, assim, melhor se prepararem para os vestibulares - principalmente aqueles que almejam ingressar em instituições públicas, cujo acesso é densamente competitivo.

Portanto, desde o ensino médio, pelo menos, inicia-se um processo de restrição da “visão de mundo” das gerações futuras, tornando-as candidatas à profissão antes de serem candidatas ao saber. Ao ingressarem nas instituições de ensino superior, tendo vindo, em geral, de um ensino médio decepcionante², salvo as exceções de elite de praxe, nossos estudantes orientam-se por uma matriz profissionalizante de ensino, deixando de lado a formação mais abrangente, humanística, histórica, social... enfim a educação.

A educação superior brasileira ainda está amarrada à definição das 43 profissões regulamentadas.

¹ O tema da profissionalização precoce no Brasil foi objeto de estudo em Nunes, Edson, Nogueira, André e Molhano, Leandro. **Futuros Possíveis, Passados Indesejáveis: Selo de Qualidade da OAB, Provão e Ensino Superior no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2000.

² Como evidenciado pelos resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB).

Tabela 1 - Profissões Regulamentadas de Nível Superior, Brasil 2004

		Matrícula		Concluinte		Curso	
Brasil		4.163.733		626.617		18.644	
Cursos/Profissões Regulamentadas		3.317.158	79,67%	491.189	78,39%	12.505	67,07%
1	Administrador	620.718	14,91%	83.659	13,35%	1.734	9,30%
2	Advogado	533.317	12,81%	67.238	10,73%	729	3,91%
3	Agrimensor	1.660	0,04%	203	0,03%	10	0,05%
4	Arquiteto	47.675	1,15%	6.042	0,96%	180	0,97%
5	Arquivista	1.599	0,04%	277	0,04%	9	0,05%
6	Assistente Social	36.073	0,87%	5.278	0,84%	161	0,86%
7	Atuário	1.771	0,04%	184	0,03%	13	0,07%
8	Bibliotecário	6.894	0,17%	1.037	0,17%	36	0,19%
9	Biólogo	91.491	2,20%	14.998	2,39%	507	2,72%
10	Biomédico	6.711	0,16%	738	0,12%	54	0,29%
11	Contabilista	162.150	3,89%	24.213	3,86%	763	4,09%
12	Economista	59.020	1,42%	7.814	1,25%	266	1,43%
13	Economista Doméstico	1.308	0,03%	208	0,03%	9	0,05%
14	Enfermeiro	120.851	2,90%	13.965	2,23%	415	2,23%
15	Engenheiro	247.748	5,95%	23.831	3,80%	971	5,21%
16	Engenheiro-Agrônomo	31.522	0,76%	3.887	0,62%	130	0,70%
17	Engenheiro de Segurança (*)						
18	Estatístico	4.628	0,11%	407	0,06%	26	0,14%
19	Farmacêutico	61.277	1,47%	10.037	1,60%	237	1,27%
20	Fisioterapeuta	95.749	2,30%	13.631	2,18%	339	1,82%
21	Fonoaudiólogo	13.123	0,32%	2.481	0,40%	99	0,53%
22	Geógrafo	54.187	1,30%	9.564	1,53%	425	2,28%
23	Geólogo	3.188	0,08%	259	0,04%	18	0,10%
24	Jornalista	187.701	4,51%	26.599	4,24%	605	3,25%
25	Médico	64.965	1,56%	9.339	1,49%	136	0,73%
26	Meteorologista	801	0,02%	54	0,01%	6	0,03%
27	Museólogo	174	0,00%	10	0,00%	2	0,01%
28	Músico	6.970	0,17%	829	0,13%	84	0,45%
29	Nutricionista	38.929	0,93%	5.096	0,81%	201	1,08%
30	Odontologista	46.039	1,11%	9.056	1,45%	174	0,93%
31	Orientador Educacional (**)						
32	Professor (***)	389.591	9,36%	97.573	15,57%	2.478	13,29%
33	Profissional Educação Física	136.605	3,28%	17.290	2,76%	469	2,52%
34	Psicólogo	94.501	2,27%	15.856	2,53%	272	1,46%
35	Químico	33.190	0,80%	4.079	0,65%	248	1,33%
36	Relações Públicas	1.943	0,05%	217	0,03%	19	0,10%
37	Secretário	17.829	0,43%	3.061	0,49%	144	0,77%
38	Sociólogo	20.071	0,48%	2.790	0,45%	108	0,58%
39	Tecnólogo (****)	25.839	0,62%	3.206	0,51%	207	1,11%
40	Terapeuta Ocupacional	5.385	0,13%	897	0,14%	39	0,21%
41	Treinador de Futebol	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
42	Veterinário	34.657	0,83%	4.223	0,67%	119	0,64%
43	Zootecnista	9.308	0,22%	1.063	0,17%	63	0,34%

Fonte: MEC/INEP, Censo da Educação Superior, 2004

Tabela 1 - Observações

- (*) Não foi localizado nem um curso com essa denominação ou com denominação equivalente
- (**) Computado junto com professor tendo em vista o que estabelece o Decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973 que refulamenta a profissão de Orientador Educacional
- (***) Considera os alunos de pedagogia e os de formação de professor não associados a formações específicas. Inclui, apenas, os cursos tecnológicos de Construção Civil (exclusive Agrimensura), Eletrônica,
- (****) Mecânica, Mineração e Extração nos termos do que estabelece a Lei 5.194/66 que dispõe sobre o exercício profissional dos Tecnólogos, assim como a Resolução CFEAA 313/86

Para se ter uma idéia do que representa esses números, em 2004, os cursos/priogramas de graduação vinculados às profissões regulamentadas respondiam por 67,07% do total de 18.644 cursos existentes. Quando se analisa o número de alunos matriculados naquele ano, verifica-se que do total de 4.163.733 alunos, 79,67% (3.317.158 alunos), estavam matriculados em cursos de graduação vinculados às profissões regulamentadas³.

Tabela 2 - Profissões Regulamentadas de Nível Superior, Brasil 2004

	Matrícula		Concluente		Curso	
Brasil	4.163.733		626.617		18.644	
Outros Cursos	846.575	20,33%	135.428	21,61%	6.139	32,93%
Cursos/Profissões Regulamentadas	3.317.158	79,67%	491.189	78,39%	12.505	67,07%

Fonte: MEC/INEP, Censo da Educação Superior, 2004

Essa matriz profissionalizante da educação superior é, em grande medida, decorrência da forte influência que as corporações profissionais exercem sobre os

³ Registre-se, ainda, nesse sentido, que, em setembro de 2005, estavam em tramitação no Congresso 73 propostas de regulamentação de profissões, das quais 18 referidas a profissões de nível superior (aí consideradas profissões como a de acupunturista cuja formação só é oferecida em nível de especialização, para graduados em fisioterapia e medicina). Observe-se, ainda que, curiosamente, das 43 profissões de nível superior regulamentadas³, 10 não estão incluídas nas 46 Diretrizes Curriculares em exame no CNE e/ou já aprovadas e homologadas (conforme informações disponíveis no site do CNE em 15.09.05). São elas: agrimensor, atuário, economista doméstico, engenheiro de segurança, estatístico, geólogo, meteorologista, relações públicas, e treinador de futebol, além de tecnólogo (nas áreas submetidas à regulamentação e fiscalização instituídas pela Lei 5.194, de dezembro de 1966, quais sejam: agronomia, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica, engenharia de minas e engenharia química)

currículos dos cursos de graduação⁴. Isso não quer dizer que o ensino superior não deva levar em consideração os conteúdos considerados necessários para a formação de um profissional. Ao contrário, uma das exigências da educação superior é, também, formar bons profissionais. A questão é saber equacionar quando e em quem focar a educação profissionalizante, sabendo equacioná-la com uma formação geral mais ampla. Mas, como no Brasil profissão é assunto de Estado e está vinculada à lei corporativa, acaba-se exigindo da educação superior o título de bacharel nesta ou naquela profissão. Ressalte-se, por exemplo, as imposições que as corporações fazem para o exercício profissional. Para que uma pessoa possa participar como técnico de uma empresa em uma concorrência pública, é preciso que ela esteja inscrita na entidade corporativa pertinente⁵. Não só ela, mas a empresa também precisa estar inscrita no órgão, com suas taxas em dia. Esse tipo de imposição apenas mostra como a educação superior brasileira está mais associada à vida corporativa do que à vida educacional.

Formam-se, no Brasil, jovens-bacharéis, “doutores” em nosso linguajar, que mal sabem escrever, desconhecem história e literatura, estão distanciados dos grandes temas nacionais e internacionais, das angústias e heranças do nosso mundo e de

⁴ Não se pode perder de vista que, tradicionalmente, as corporações são consultadas pelo Ministério de Educação, pela Secretaria de Ensino Superior e pelo Conselho Nacional de Educação, para a preparação dos currículos, normas e diretrizes curriculares. O Edital 04/97, através do qual se iniciou o processo de discussão das diretrizes curriculares, convocou as IES a apresentarem a definição das diretrizes que seriam elaboradas pelas Comissões de Especialistas da SESu/MEC. O Edital afirma que “é desejável a integração das IES com as sociedades científicas, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros setores envolvidos, através de seminários, encontros, workshops e reuniões, de forma a garantir Diretrizes Curriculares articuladas tanto às reformas necessárias à estrutura da oferta de cursos de graduação, quanto aos perfis profissionais demandados pela sociedade”.

⁵ A concorrência pública aqui mencionada é uma das modalidades de licitação prevista no artigo 22, inciso I, da Lei 8.666/93. Está definida no § 1º do referido artigo como sendo uma “modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.” Inicialmente, para participar do processo de licitação é necessário o cumprimento de requisitos para que o participante seja considerado habilitado para concorrer as fases seguintes do processo. A habilitação envolve a comprovação de aptidão jurídica, da qualificação técnica, econômica financeira, da regularidade fiscal de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CR/88. Os documentos que servirão para comprovar tais aptidões estão devidamente arrolados na Lei 8.666/93, nos artigos 28 e seguintes. No caso da comprovação de habilitação técnica, o artigo 30 da lei em comento exige o registro e a inscrição na entidade profissional competente.

nosso país. Frequentemente, para dar um exemplo, ficamos surpreendidos quando nos deparamos com um texto universitário bem escrito, uma monografia escorreita, uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado bem apresentada. Nos surpreendemos simplesmente porque saber escrever passou a ser algo excepcional, e não a mais rotineira obrigação do universitário brasileiro.

Ressalte-se aqui certa contradição: a educação profissionalizante acaba estando na contramão das exigências de um mercado de trabalho moderno, complexo e rotativo. Atualmente, grande parte do trabalho nas diversas ocupações e profissões modernas envolve justamente habilidades básicas como falar e escrever muito bem, preparar bons relatórios, ter conhecimento de informática, possuir raciocínio lógico quantitativo, falar e ler uma segunda língua. Um ensino não profissionalizante poderia permitir a formação dos estudantes nestas habilidades, além de proporcionar formação histórica e cultural da humanidade, ciências sociais e ciências. Amarrada a um currículo profissionalizante, a educação superior acaba se descuidando da preparação dos estudantes para um mundo complexo, no qual as profissões tornam-se obsoletas rapidamente e é freqüente a mudança de emprego e de ocupações ao longo da vida profissional⁶.

A discussão acima leva a uma reflexão sobre a necessidade de existência de uma educação superior funcionalmente diferenciada e/ou especializada, que permitiria, por meio de um processo permanente de educação, várias opções complementares de formação⁷. Essa diferenciação possibilitaria, por exemplo, o

⁶ Discussões sobre a formação da educação superior e sua vinculação com o mercado de trabalho moderno pode ser encontrada em Brennan et al. **What Kind of University? International perspective on knowledge, participation and governance**. London: The Society for Research into Higher Education, Open University Press, 1999; Losco, Joseph e Life, Brian (Org.) **Higher education in transition: the challenges of the New Millennium**. Westport, Connecticut: Bergin & Garvey, 2000; O'Brien, George. **All the essential half-truths about higher education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

⁷ Parte do argumento que se segue foi desenvolvido em Nunes, Edson et al. **Teias de Relações Ambíguas: regulação e ensino superior**. Brasília: Inep, 2002.

estabelecimento da educação universitária *stricto sensu*, sem preocupação com as determinações conjunturais/profissionais do mercado sobre a composição do perfil do educando. A educação universitária poderia estar associada à diversidade de campus, pesquisa e pós-graduação em nível de doutorado, fazendo das "universidades" instituições basicamente de orientação científica, humanista e de estudos clássicos⁸. Da mesma forma, seria possível existir graduações mais curtas, orientadas para ocupações, tal como exemplificado pelos atuais cursos superiores de formação específica, os curso seqüenciais⁹. Por fim, poder-se-ia, igualmente, admitir a existência de escolas ligadas a profissões, tais como Medicina, Direito, Engenharia.

A necessidade de se discutir o ensino superior, fora dos parâmetros profissionais-corporativos, poderia ser pautada por uma verdadeira preocupação com a massificação necessária da educação superior. Deveria, no entanto, estar associada ao tema da equidade e igualdade de oportunidades, já que a educação universitária *stricto sensu* tenderia a atrair estudantes com menor preocupação imediata com o mercado de trabalho, naturalmente melhor posicionados economicamente, enquanto a educação profissionalizante atrairia aqueles mais premidos pela necessidade de trabalhar, o que faria com que a massificação do ensino superior gerasse, de forma não desejada, hierarquias internas e externas próprias, de modo a separar, simbólica e praticamente, as "elites" das "massas".

⁸ Para uma discussão a respeito ver Menezes, Luiz Carlos de. **Universidade sitiada**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

⁹ Sobre a diversidade institucional ou a mobilidade de seqüenciais como pilar do sistema universitário tem-se os trabalhos de Cohen, Arthur e Brawer, Florence. **The American community college**. San Francisco: Jossey Bass, 1996.

II - CONTRADIÇÕES: FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E MERCADO DE TRABALHO

Apenas 6,37% da população com 23 anos ou mais de idade tem educação formal de nível superior.

Tabela 3 - Pessoas de 23 anos ou mais, com curso superior (graduação, mestrado ou doutorado) mais elevado concluído, Brasil e Regiões 2000

Brasil, Regiões	Pessoas de 23 anos ou mais de idade					
	Total (T)	Curso Superior mais elevado concluído			Curso Superior sobre o total (S)/(T) %	Graduação sobre o Total (A)/(T)%
		Total (S)	Graduação (A)	Mestrado ou Doutorado (B)		
Brasil.....	91.549.453	5.830.715	5.526.214	304.500	6,37	6,04
Norte.....	5.758.510	176.026	166.594	9.432	3,06	2,89
Nordeste.....	23.507.686	823.078	782.860	40.218	3,50	3,33
Sudeste	41.712.180	3.482.068	3.297.865	184.202	8,35	7,91
<i>RJ+MG+ES</i>	20.237.873	1.477.501	1.387.447	90.054	7,30	6,86
<i>São Paulo</i>	21.474.307	2.004.567	1.910.419	94.148	9,33	8,90
Sul.....	14.379.728	939.097	891.953	47.144	6,53	6,20
Centro-Oeste.....	6.191.349	410.445	386.941	23.504	6,63	6,25

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Notas: Eventuais diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

A significativa supremacia quantitativa de certas áreas de formação também se reflete, como não poderia deixar de ser dado o nosso modelo de ensino, no contingente de formados: a maioria obteve seu diploma de nível superior em cursos associados às profissões regulamentadas, reforçando o legado da matriz profissionalizante de ensino. Os dez cursos com maior representação de graduados são todos de profissões regulamentadas e agregam 67,4% do total (Direito, Administração, Pedagogia, Engenharias, Letras, Ciências Contábeis e

Atuariais, Medicina, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Odontologia). Somando-se a esses os graduados nos cursos de Psicologia, Biologia e Enfermagem, que também são de profissões regulamentadas, temos 73,% do total do estoque de mão de obra com mais de 23 anos de idade e formação superior.

Tabela 4 - Pessoas de 23 anos ou mais de idade com curso superior (graduação, mestrado ou doutorado) concluído, segundo o curso, Brasil 2000

Curso	Pessoas de 23 anos ou mais com curso superior (graduação, mestrado e doutorado) concluído		
	Total	% sobre o Total	% Graduação
TOTAL	5.830.715	100,0	
GRADUAÇÃO - TOTAL	5.526.214	94,8	100,0
Direito - Graduação	658.693	11,3	11,9
Administração - Graduação	640.273	11,0	11,6
Pedagogia - Graduação	576.699	9,9	10,4
Engenharias - Graduação	433.182	7,4	7,8
Letras - Graduação	366.992	6,3	6,6
Ciências Contábeis e Atuariais - Graduação	303.681	5,2	5,5
Medicina - Graduação	230.715	4,0	4,2
Ciências Econômicas - Graduação	193.551	3,3	3,5
Comunicação Social - Graduação	180.208	3,1	3,3
Odontologia - Graduação	144.317	2,5	2,6
Educação Física - Graduação	144.130	2,5	2,6
Psicologia - Graduação	137.728	2,4	2,5
Matemática - Graduação	129.978	2,2	2,4
Ciências da Computação - Graduação	115.407	2,0	2,1
História - Graduação	112.382	1,9	2,0
Biologia - Graduação	105.258	1,8	1,9
Artes - Graduação	104.822	1,8	1,9
Outros de Ciências Biológicas e da Saúde - Graduação	90.046	1,5	1,6
Enfermagem - Graduação	87.472	1,5	1,6
Ciências e Estudos Sociais - Graduação	84.803	1,5	1,5
Outros - Graduação	685.876	11,8	12,4
MESTRADO OU DOUTORADO	304.500	5,2	-

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

III.1 - Formação e Ocupação: contradição ou Complementaridade

Mas nos perguntemos: Será que ensino universitário e profissão mantêm entre si uma contradição suplementar? Será que não há uma contradição lógica entre ensino universitário e ensino profissional que precisa ser esclarecida ou, pelo menos submetida a uma análise informada dos dados? Será que profissão e ocupação já não são duas coisas distintas, fazendo com que os códigos das corporações profissionais sejam irrelevantes para a formação das gerações futuras?

Para responder a essas indagações, deixemos o tema das profissões por um momento e avancemos em outra direção procurando observar algumas informações, que são pouco conhecidas, oriundas dos microdados do Censo Demográfico do IBGE, de 2000.

Para responder a essas indagações, e a partir de um ponto de vista muito específico – qual seja, o da formação em nível superior –, tentaremos entender como se dá o diálogo entre o mundo da educação e o mundo do trabalho no Brasil. Não se trata, aqui, de mapear, ou discutir, as diferentes contribuições teóricas ao estudo das profissões. Muito menos se pretende definir se as profissões regulamentadas podem, ou não, ser identificadas como categorias ocupacionais diferenciadas ou mais organizadas. É importante esclarecer também, sem querer entrar em definições conceituais, que, até o momento, a principal unidade de análise foram as profissões regulamentadas; no que se segue – mais especificamente ao relacionarmos educação superior com mercado de trabalho -- a unidade de análise passa a ser as ocupações.

Para situar, melhor, o universo em que se dá este diálogo, registre-se que o Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO¹⁰, utilizado pelo IBGE no levantamento e classificação das informações relativas ao mercado de trabalho, contabiliza a existência de 2.422 ocupações; o Censo da Educação Superior, de 2004, apresenta 485 diferentes denominações para um total de 18.644 cursos de graduação (aí incluídas as licenciaturas e os de tecnólogos)¹¹. Observa-se, portanto, o grande número de ocupações, ou de denominações de ocupações representadas pelos cursos, existentes no país vis-à-vis o baixo número de profissões regulamentadas. Isso indica o quanto o mercado de trabalho é complexo, dinâmico e diferenciado e o quanto a economia moderna, apesar da crescente importância do conhecimento especializado na sociedade contemporânea, não se restringe às ocupações regulamentadas, ou seja, às profissões.

Além disso, Para melhor visualizar o universo sobre no qual se inserem nossos formandos, recorreremos à análise das informações sobre a condição de ocupação do Censo Demográfico de 2000.

Já vimos que o contingente de pessoas com formação superior é bastante reduzido. Além disso, na tabela abaixo, observamos, também, que aproximadamente de 20 a 25% das pessoas com 23 anos ou mais, com curso

¹⁰ A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva. A estrutura da CBO pressupõe somente um nível de competência possível por ocupação, família, subgrupo, subgrupo principal e grande grupo ocupacional. A CBO trabalha com 10 grandes grupos (GG), 47 sete subgrupos principais (SGP), 192 subgrupos (SG), 596 grupos de base ou famílias ocupacionais (SG), onde se agrupam 2.422 ocupações e cerca de 7.258 títulos sinônimos.

¹¹ O Censo da Educação Superior apresenta dos dados em três diferentes níveis de agregação: Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos. No caso de Administração, por exemplo, existem 46 diferentes denominações; Comunicação Social compreende 6 diferentes cursos de Jornalismo e Redação e 5 de Marketing e Publicidade.

superior concluído, estavam desocupadas na semana de referência do Censo, independentemente da região.

Tabela 5 – Condição de ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, Brasil e Regiões 2000

Brasil, Regiões e São Paulo	Pessoas de 23 anos ou mais de idade, com curso superior concluído (graduação, mestrado ou doutorado)			
	Total	Trabalhou remunerado na semana de referência?		% Sim
		Sim	Não	
Brasil	5.830.714	4.445.138	1.385.574	76,24
Norte	176.026	132.486	43.540	75,26
Nordeste	823.078	629.621	193.457	76,50
Sudeste	3.482.068	2.632.189	849.879	75,59
<i>São Paulo</i>	<i>2.004.567</i>	<i>1.557.091</i>	<i>447.476</i>	<i>77,68</i>
Sul	939.097	737.305	201.792	78,51
Centro-Oeste	410.445	313.539	96.906	76,39

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: Eventuais diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

A forte influência da matriz profissionalizante para a escolha da carreira no Brasil poderia nos levar a suspeitar que existiria uma forte relação entre o curso concluído e a atividade profissional exercida pelo formado. Ou seja, que aqueles que terminaram um curso superior estariam, predominantemente, trabalhando na profissão escolhida e não distribuídos em ocupações com pouco ou nenhuma afinidade com o título obtido. A análise das informações sobre a condição de ocupação do Censo Demográfico de 2000, no entanto, revelam o contrário.

Tabela 6 – Condição de ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, com graduação como o curso superior mais elevado concluído, Brasil 2000

Cursos de graduação selecionados	Pessoas de 23 anos ou mais e curso superior mais elevado				Taxa de correspondência % de pessoas que trab na área (A)/(T)
	Total	Trabalhou remunerado na semana ref.			
		Total(T)	Em área correspondente ao formação ¹		
			Sim (A)	Não (B)	
Medicina	230.715	200.441	150.455	49.986	75,1
Pedagogia	576.699	370.754	208.543	162.211	56,2
Letras	366.992	253.938	139.021	114.917	54,7
Direito	658.693	494.568	253.748	240.820	51,3
Administração	640.273	511.847	237.440	274.407	46,4
Contábeis	303.681	233.006	92.721	140.285	39,8
Engenharia	433.182	366.300	121.255	245.045	33,1
Comunicação	180.208	139.960	38.700	101.260	27,7

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: Eventuais diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Mais importante, no entanto, é perceber que, se excluirmos medicina, mais da metade (53,96%) das pessoas com nível superior nas áreas acima consideradas e ocupadas exerciam trabalhos diversos, não necessariamente correspondentes às áreas em que se formaram¹². Apenas, pouco mais da metade das pessoas formadas em Direito, curso com forte viés profissionalizante, exerciam ocupações na área de formação. Proporção semelhante registra-se em relação aos

¹² Cláudio Moura e Castro já havia alertado em trabalho anterior que “pesquisas a partir dos dados da RAIS mostram que nas áreas sociais e humanidades, mais de 70% dos graduados ... não exercem a ocupação com o mesmo nome do diploma ... há muitas áreas onde as proporções de graduados trabalhando na ocupação fica abaixo de 10% ... nas economias que se modernizam, há um crescimento extraordinário das ocupações onde se requer gente educada no nível superior, mas pouco importa em que se formaram. Essas ocupações existem aos milhões no setor terciário, na administração, na compra, venda, gerência, comunicações e uma infinidade de outras onde alguém com o diploma superior facilmente aprende o necessário para um desempenho adequado, após curto período de adaptação”. Cláudio Moura Castro, “Provão: como entender o que dizem os números”, mimeo, circulado em reunião de 15/2/2001, no INEP, com o objetivo de aprimorar o Projeto de Avaliação do Ensino Superior. O autor baseia-se em estudo de Reynaldo Fernandes e Renata Del Tedesco Narita, “Instrução Superior e Mercado de Trabalho no Brasil”. São Paulo, Universidade de São Paulo – IPE, 1999.

formados em Pedagogia e Letras, respectivamente 56,2% e 54,7%. Chama a atenção também o fato de que dois terços dos formados nas engenharias não trabalhavam na área correspondente ao título superior. A exceção são os formados em medicina, os quais 75% trabalhavam na área correspondente à formação. Ou seja, há um grande contingente de pessoas com curso superior que não trabalham na área em que se formaram – com exceção daqueles que fizeram medicina, setor altamente profissionalizado.

A diversidade da ocupação dos graduados nas áreas de medicina, direito, pedagogia, letras, administração, contábeis, engenharias e comunicação pode ser melhor observada nas tabelas em anexo. Aqui, para exemplificar, tomando apenas as ocupações dos formados nas chamadas profissões imperiais, ou seja, medicina, direito e engenharias, e que, por isso, podem ser consideradas arquétipos da matriz de ensino profissionalizante discutida neste trabalho, chamamos a atenção para a diversidade de ocupações exercidas: vendedores, gerentes, contadores e auditores, escriturários etc.

Tabela 7 – Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, com graduação em MEDICINA como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de referência, Brasil 2000

Ocupação	MEDICINA - Graduação	
	Total	%
TOTAL	200.441	100,00
CORRESPONDENTE AO FORMAÇÃO		
Médicos	150.455	75,06
OUTRAS OCUPAÇÕES	49.986	24,94
gerentes de produção e operações	5.108*	2,55
cirurgiões-dentistas	2.587*	1,29
professores de disciplinas da educação geral do ensino médio	2.492*	1,24
dirigentes de empresas – empregadores	2.365*	1,18
professores do ensino superior	1.950*	0,97
gerentes de áreas de apoio	1.929*	0,96
ocupação não identificada	1.623*	0,81
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	1.392*	0,69
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	1.291*	0,64
contadores e auditores	1.242*	0,62
Outras ocupações	28.007	13,97

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Tabela 8 - Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, com graduação em DIREITO como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de referência, Brasil 2000

OCUPAÇÕES	DIREITO - Graduação	
	Total	%
TOTAL	494.568	100,00
CORRESPONDENTE AO FORMAÇÃO	253.748	51,31
Advogados	222.493	44,99
juízes e desembargadores	8.609*	1,74
delegados de polícia	7.817*	1,58
procuradores de empresas e autarquias	7.714*	1,56
promotores, defensores públicos e afins	7.082*	1,43
outros advogados autônomos e de empresas	33*	0,01
OUTRAS OCUPAÇÕES	240.820	48,69
serventuários da justiça e afins	39.855	8,06
gerentes de produção e operações	20.257	4,10
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	14.276	2,89
ocupação não identificada	10.965	2,22
dirigentes de empresas - empregadores	10.521	2,13
gerentes de áreas de apoio	9.546*	1,93
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	7.709*	1,56
contadores e auditores	7.513*	1,52
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	6.629*	1,34
inspetores de polícia e detetives	5.334*	1,08
secretários de expediente e estenógrafos	5.010*	1,01
policiais e guardas de trânsito	4.978*	1,01
representantes comerciais e técnicos de vendas	4.848*	0,98
escriturários de finanças	4.648*	0,94
técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	4.461*	0,90
professores de disciplinas da educação geral do EM	4.148*	0,84
supervisores de serviços administrativos	3.249*	0,66
corretores de imóveis	2.826*	0,57
professores do ensino superior	2.657*	0,54
Administradores	2.048*	0,41
outros	69.342	14,02

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Tabela 9 – Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, com graduação em ENGENHARIA como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de referência, Brasil 2000

OCUPAÇÕES	ENGENHARIA - Graduação	
	Total	%
TOTAL	366.300	100,00
CORRESPONDENTE AO FORMAÇÃO	121.255	33,10
engenheiros civis e afins	61.595	16,82
engenheiros eletroeletrônicos e afins	24.806	6,77
engenheiros mecânicos	20.509	5,60
engenheiros químicos	5.830*	1,59
outros engenheiros, arquitetos e afins	4.082*	1,11
supervisores da construção civil	2.753*	0,75
engenheiros metalúrgicos	953*	0,26
engenheiros de minas	727*	0,20
OUTRAS OCUPAÇÕES	245.045	66,90
gerentes de produção e operações	41.290	11,27
dirigentes de empresas - empregadores	21.433	5,85
gerentes de áreas de apoio	20.020	5,47
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	8.699*	2,37
analistas de sistemas	7.706*	2,10
representantes comerciais e técnicos de vendas	6.497*	1,77
professores de disciplinas da educação geral do EM	5.938*	1,62
contadores e auditores	4.830*	1,32
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	4.434*	1,21
professores do ensino superior	3.843*	1,05
diretores gerais	3.351*	0,91
supervisores de serviços administrativos	3.262*	0,89
diretores de áreas de apoio	3.155*	0,86
desenhistas técnicos e modelistas	3.044*	0,83
Administradores	2.763*	0,75
cirurgiões-dentistas	2.313*	0,63
escriturários de finanças	2.288*	0,62
serventuários da justiça e afins	2.285*	0,62
técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	2.237*	0,61
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	2.059*	0,56
técnicos em eletrônica	2.018*	0,55
diretores de áreas de produção e operações (dpo)	2.000*	0,55
Outras ocupações	89.580	24,46

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Se a observação da empregabilidade dos formados já revela uma baixa relação entre formação e profissão (exceção sempre feita à medicina), o quadro de diversidade no mercado de trabalho é reforçado quando a análise se detém na configuração das ocupações no Brasil, ou seja, a análise da formação das pessoas dentro das ocupações.

Exemplo nesse sentido pode ser encontrado na elite dirigente tanto do setor público como do setor privado brasileiro.

Tabela 10 - Nível de instrução das pessoas de 23 anos ou mais, ocupadas como membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes - Brasil - 2000

Ocupação	Pessoas de 23 anos ou mais de idade, ocupadas como membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes				
	Total (T)	Nível de instrução		% Curso superior completo (A)/(T)	% Curso não superior (B)/(T)
		Superior Completo (Grad, Mestr, Dout) (A)	Curso não superior (B)		
TOTAL	2.660.900	725.618	1.935.282	27,3	72,7
SETOR PÚBLICO	153.035	49.364	103.671	32,3	67,7
Dirigentes Gerais da Adm Pública	7.026	2.254	4.772	32,1	67,9
Dirigentes de Produção e Operações da Adm Pública	14.641	4.292	10.349	29,3	70,7
Dirigentes das Áreas de Apoio da Adm Pública	82.781	35.682	47.099	43,1	56,9
Dirigentes e Adm de org. de interesse público	20.764	3.362	17.402	16,2	83,8
Legisladores e Ministros de Tribunais	27.823	3.773	24.050	13,6	86,4
SETOR PRIVADO	2.507.865	676.254	1.831.611	27,0	73,0
Diretores gerais	20.966	13.537	7.429	64,6	35,4
Dirigentes de empresas (empregadores)	348.803	110.170	238.633	31,6	68,4
Diretores de áreas de produção, operações ou e apoio	158.335	90.361	67.974	57,1	42,9
Gerentes de produção e de operações e de apoio	1.979.761	462.186	1.517.575	23,3	76,7

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Como pode ser observado, neste recorte ocupacional dos Dirigentes do Setor Público, os Dirigentes Gerais da Administração Pública, os Dirigentes de Produção e Operações da Administração Pública e dos Dirigentes das Áreas de Apoio da Administração Pública revela que expressiva parcela do contingente de pessoas que exercem tais ocupações não têm curso superior, respectivamente 67,9%, 70,7% e 56,9%. No front privado, e ainda em relação à elite dirigente, a situação não é muito diferente: o curso mais elevado 73% dos dirigentes de empresas e empregadores do setor privado é nenhum.

Ou seja, 72,7% da elite gestora do estado brasileiro não tem a educação que hoje seria considerada mínima para assumir postos vitais. Trata-se de um número drástico que dispensa comentários como toda boa tragédia.

Como vimos anteriormente, cerca de dois terços de nossos estudantes, mais especificamente de nossos concluintes, estão associados às profissões regulamentadas, para as quais existem corporações ativas, embora isso tenha diminuto significado na vida real do trabalho, na vida depois que sai da Universidade.

Observamos que também tem pouco significado o volume de educação profissional porque o estoque de dirigentes brasileiros é constituído, majoritariamente, por pessoas que não está ou não esteve na educação superior.

Em verdade, verificamos que existe um baixa relação entre a área na qual o estudante se forma e sua atividade profissional. De acordo com os dados do Censo Demográfico 2000, do mais de meio milhão de pedagogos existentes no Brasil, apenas 36,16% trabalhavam na área em que se formaram; dos 366 mil formados em Letras apenas 37,88% trabalhavam na área; em comunicação social, uma área tão violenta na defesa dos seus títulos, para ser jornalista, descobrimos que apenas 21,48% trabalhavam na área; em direito

apenas 38,52%, com destaque para a área da saúde, na qual medicina apresenta uma participação das pessoas trabalhando na profissão na qual se formaram muito mais intensa do que as já mencionadas

Se assim é, precisamos aprender, precisamos concluir que as profissões regulamentadas, que tanto poder têm frente ao MEC, que tanto poder têm frente sistema político, e que tantos alunos atraem **até** servem para formar quadros para as tais profissões regulamentadas. **Até servem**, mas não constituem a função final da educação superior brasileira de hoje.

III.2 - Formação e Ocupação: um problema de enfoque

Tomemos o problema por outro ângulo. Dos cerca de 5.830 milhões de pessoas, com mais de 23 anos de idade, com diploma superior no Brasil, observamos que 11% são egressos de administração; 11,3% egressos de direito, 9,9% de pedagogia; 7,4% das engenharias, das 6,3% letras.

Registramos, ainda, que o número total de pessoas com mais de 23 anos de idade é, aproximadamente, 91.500 milhões e que, portanto, estamos falando de cerca de 5.8 milhões com diploma superior, isto equivale a 6,37% desse total. Isso quer dizer que a discussão recente sobre a expansão da educação superior se pauta em duas proposições que são simultaneamente verdadeiras e diametralmente distintas. Primeiro, a de que já existem profissionais em excesso em algumas áreas. Segundo, a de que existem poucos estudantes universitários.

Essas proposições só podem existir porque a educação superior no Brasil está errada. É verdade que podem, até, existir um número grande, ou quem sabe excessivo de profissionais em algumas áreas, embora inexistam critérios

internacionalmente validados para tal proposição. Mas é também verdade que não existem universitários em número suficiente no Brasil.

Ou seja, a realidade contradiz o discurso feito pelas corporações, e pelo governo. A realidade desautoriza os instrumentos de política para a educação quando, por exemplo, se procura relacionar o número de vagas nas instituições de educação superior por não considerar as elevadas taxas de migração inter estadual e municipal existentes no país¹³.

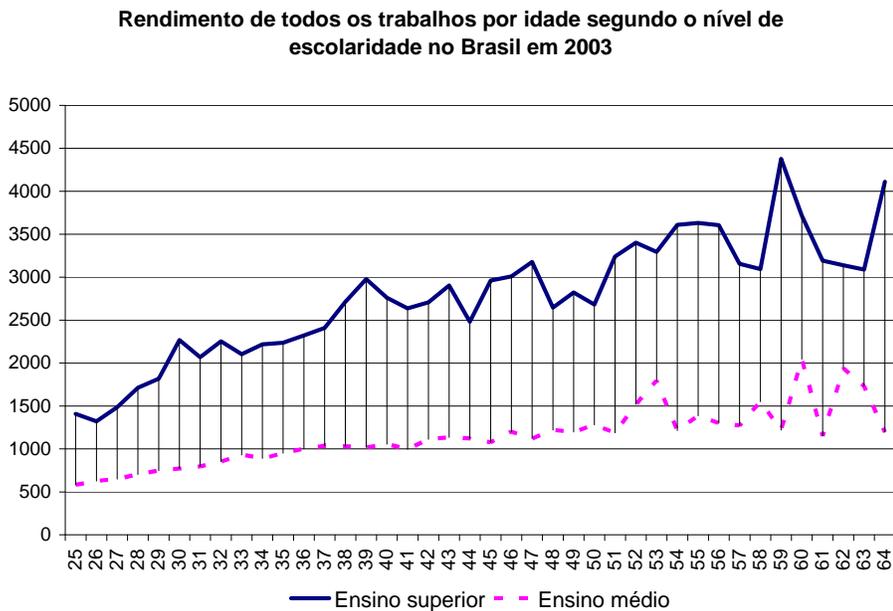
O discurso, contudo, que não se faz e a indagação que se precisa fazer são: para que serve ou o que representa, no mercado de trabalho, a educação superior no Brasil contemporâneo? Para que servem as profissões regulamentadas? Existem profissões regulamentadas em demasia?

O que se chama no Brasil de profissão nada mais é que um conjunto de ocupações típicas do setor terciário. Por esta razão o congresso brasileiro deveria se abster de regulamentar essas “profissões” e nossos colegas, egressos das universidades brasileiras, deveriam também se abster de procurar organizar as ocupações em torno de uma autoridade profissional. O acesso ao mercado de trabalho e ao conhecimento não é exclusivo das profissões. A educação superior no Brasil se constitui um “prêmio” de renda em si mesmo, independentemente da eventual “profissão”, desnecessitando, portanto do licenciamento estatal, das barreiras e monopólios legalmente construídos.

O que chamamos aqui de “prêmio” pode ser constatado, com o concurso dos dados da PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, onde fica evidente que, independentemente da idade, o rendimento médio mensal dos portadores de diploma de nível superior é, sistematicamente, superior -- e bem

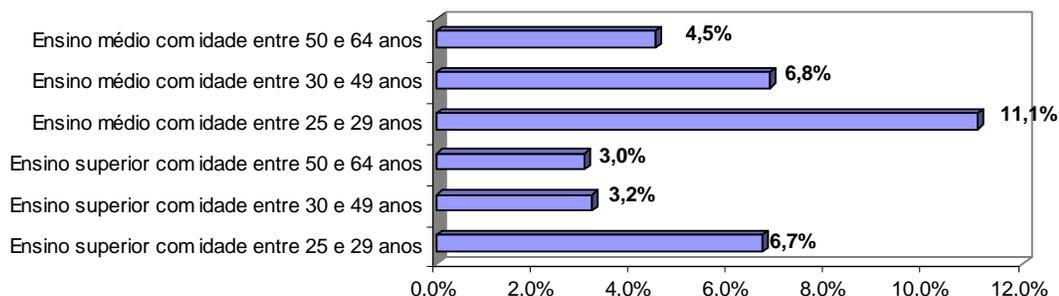
¹³ A esse respeito ver, *Considerações sobre o Conceito de “Necessidade Social”: Uma Nota Técnica*, Enrico Martignoni e Leandro Molhano, *Observatório Universitário, Documento de Trabalho no.46, abril de 2005*.

superior – ao daqueles que interromperam seus estudos no nível médio. Como se observa no gráfico abaixo, não só é sistematicamente maior como em apenas quatro pontos – pessoas com 53, 60, 62 e 63 anos – essa diferença não é superior a 100%.



Os mesmos dados evidenciam, ainda, que esta diferenciação existe não apenas em relação às pessoas ocupadas: o desemprego atinge de forma diferenciada os portadores de diploma universitário e aqueles que não foram expostos à educação superior e ao conhecimento formal adquirido neste nível educacional.

Taxa de desemprego por faixa de idade e escolaridade em área urbana no Brasil em 2003



O mercado de trabalho valoriza, fortemente, a educação superior embora a falta desta formação, como vimos no caso das elites dirigentes do país, não se constitui, de fato, uma barreira à inserção neste mesmo mercado.

O paradoxo brasileiro talvez seja o efeito perverso de um sistema que se apóia no tripé formado pelas universidades, órgãos de classe e Estado. Educação é uma área consagrada de atuação do Estado que autoriza a criação de cursos universitários. É também o Estado que reconhece e licencia as associações profissionais e o exercício profissional.

Por isso, as duas afirmativas contraditórias -- de que existem profissionais em excesso em algumas áreas, e estudantes de menos em todas as áreas -- podem até ser simultaneamente verdadeiras, mas escondem o dilema estratégico brasileiro: como crescer rapidamente e desprofissionalizar o ensino universitário, de um lado, e como diversificá-lo de outro.

Um comentário final: não se pode esquecer que o país precisa, desesperadamente, acelerar o crescimento da educação superior para que eventualmente se aproxime do patamar de outras nações competitivas. Como

se observa na tabela abaixo, a situação do Brasil em relação aos países membro da OCDE é, no mínimo, preocupante.

Tabela 11 - Porcentagem das pessoas entre 25 e 64 anos de idade com educação superior completa, Brasil e Países da OCDE, 2000

Brasil (*)	6,37
Turkey	8,30
Portugal	8,90
Italy	9,40
Slovak Republic	10,40
Czech Republic	11,00
Poland	11,40
Austria	13,90
Hungary	14,00
México	14,60
Greece	17,60
Luxembourg	18,30
Ireland	21,80
OECD average	21,90
France	22,00
Spain	22,60
Iceland	23,20
Netherlands	23,40
Germany	23,50
Korea	23,90
Switzerland	24,20
United Kingdom	25,70
Denmark	25,80
Belgium	27,10
Australia	27,50
New Zealand	28,00
Norway	28,40
Sweden	30,10
Finland	32,00
Japan	33,40
United States	36,50
Canadá	40,00

Fonte: OECD Factbook 2006: Economic, Environmental and Social Statistics; no caso brasileiro a fonte é o Censo Demográfico de 2000.

(*) Brasil = 23 anos ou mais

ANEXOS

Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, tendo a graduação em PEDAGOGIA como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de referência, Brasil – 2000

OCUPAÇÕES	PEDAGOGIA - Graduação	
	Total	%
TOTAL	370.754	100,00
CORRESPONDENTE À FORMAÇÃO	208.543	56,25
prof. de discip.da educ.geral de 1ª a 4ª séries do EF	57.247	15,44
professores de nível médio no ensino fundamental	48.320	13,03
programadores, avaliadores e orientadores de ensino	48.058	12,96
professores de disciplinas da educação geral do EM	32.763	8,84
prof. de discip.da educ.geral de 5ª a 8ª séries do EF	7.896*	2,13
professores de nível médio na educação infantil	7.819*	2,11
professores da educação infantil (nível superior)	3.265*	0,88
inspetores de alunos e afins	3.175*	0,86
OUTRAS OCUPAÇÕES	162.211	43,75
diretores de áreas de produção e operações (dpo)	25.034	6,75
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	13.999	3,78
secretários de expediente e estenógrafos	11.626	3,14
gerentes de produção e operações	11.245	3,03
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	7.720*	2,08
gerentes de áreas de apoio	4.846*	1,31
instrutores e professores de escolas livres	4.795*	1,29
dirigentes de empresas - empregadores	4.056*	1,09
professores do ensino superior	3.781*	1,02
professores de alunos com deficiências físicas e mentais	3.432*	0,93
serventuários da justiça e afins	3.129*	0,84
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	2.664*	0,72
vendedores ambulantes	2.594*	0,70
repcionistas	2.039*	0,55
Outras	61.251	16,52

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

*Nota: * Não significativo ao nível 5%.*

Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, tendo a graduação em DIREITO como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de ref, Brasil – 2000

OCUPAÇÕES	DIREITO - Graduação	
	Total	%
TOTAL	494.568	100,00
CORRESPONDENTE À FORMAÇÃO	253.748	51,31
advogados	222.493	44,99
juízes e desembargadores	8.609*	1,74
delegados de polícia	7.817*	1,58
procuradores de empresas e autarquias	7.714*	1,56
promotores, defensores públicos e afins	7.082*	1,43
outros advogados autônomos e de empresas	33*	0,01
OUTRAS OCUPAÇÕES	240.820	48,69
serventuários da justiça e afins	39.855	8,06
gerentes de produção e operações	20.257	4,10
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	14.276	2,89
ocupação não identificada	10.965	2,22
dirigentes de empresas - empregadores	10.521	2,13
gerentes de áreas de apoio	9.546*	1,93
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	7.709*	1,56
contadores e auditores	7.513*	1,52
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	6.629*	1,34
inspetores de polícia e detetives	5.334*	1,08
secretários de expediente e estenógrafos	5.010*	1,01
policiais e guardas de trânsito	4.978*	1,01
representantes comerciais e técnicos de vendas	4.848*	0,98
escriturários de finanças	4.648*	0,94
técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	4.461*	0,90
professores de disciplinas da educação geral do EM	4.148*	0,84
supervisores de serviços administrativos	3.249*	0,66
corretores de imóveis	2.826*	0,57
professores do ensino superior	2.657*	0,54
administradores	2.048*	0,41
outros	69.342	14,02

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.
Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, tendo a graduação em LETRAS como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de ref. Brasil – 2000

OCUPAÇÕES	LETRAS - Graduação	
	Total	%
TOTAL	253.938	100,00
CORRESPONDENTE À FORMAÇÃO	139.021	54,75
professores de disciplinas da educação geral do EM	69.323	27,3
prof. de discip.da educ.geral de 1ª a 4ª séries do EF	26.138	10,3
professores de nível médio no EF	22.237	8,8
prof. de discip.da educ.geral de 5ª a 8ª séries do EF	11.735	4,6
professores do ensino superior	4.374*	1,7
professores de nível médio na educação infantil	1.402*	0,6
filólogos, tradutores e intérpretes	1.401*	0,6
professores e instrutores do ensino profissional	1.164*	0,5
professores da educação infantil (nível superior)	717*	0,3
professores de alunos com deficiências físicas e mentais	530*	0,2
OUTRAS OCUPAÇÕES	114.917	45,3
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	11.703	4,6
secretários de expediente e estenógrafos	9.883*	3,9
gerentes de produção e operações	8.014*	3,2
diretores de áreas de produção e operações (dpo)	6.224*	2,5
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	5.616*	2,2
programadores, avaliadores e orientadores de ensino	4.802*	1,9
gerentes de áreas de apoio	4.176*	1,6
serventuários da justiça e afins	4.117*	1,6
instrutores e professores de escolas livres	3.095*	1,2
Ocupação não identificada	2.998*	1,2
dirigentes de empresas - empregadores	2.927*	1,2
escriturários de finanças	2.548*	1,0
secretárias executivas e bilíngües	2.216*	0,9
representantes comerciais e técnicos de vendas	1.790*	0,7
Receptionistas	1.724*	0,7
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	1.669*	0,7
vendedores ambulantes	1.669*	0,7
contadores e auditores	1.280*	0,5
supervisores de serviços administrativos	1.270*	0,5
caixas de banco e operadores de câmbio	1.124*	0,4
escritores e redatores	990*	0,4
Outras ocupações	35.082	13,8

Fonte: *Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.*

Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, tendo a graduação em ADMINISTRAÇÃO como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de referência, Brasil – 2000

OCUPAÇÕES	ADMINISTRAÇÃO – Grad.	
	Total	%
TOTAL	511.847	100,00
CORRESPONDENTE À FORMAÇÃO	237.440	46,39
gerentes de produção e operações	68.414	13,37
gerentes de áreas de apoio	51.231	10,01
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	37.005	7,23
Administradores	26.136	5,11
dirigentes de empresas - empregadores	23.139	4,52
supervisores de serviços administrativos	7.560*	1,48
diretores de áreas de apoio	6.184*	1,21
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	5.841*	1,14
supervisores de vendas e de prestação de serviços do comércio	3.802*	0,74
técnicos em administração	3.227*	0,63
diretores de áreas de produção e operações (dpo)	2.541*	0,50
diretores gerais	2.360*	0,46
OUTRAS OCUPAÇÕES	274.407	53,61
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	26.053	5,09
representantes comerciais e técnicos de vendas	18.132	3,54
contadores e auditores	14.421	2,82
secretários de expediente e estenógrafos	13.922	2,72
Ocupação não identificada	12.726	2,49
escriturários de finanças	12.609	2,46
analistas de sistemas	10.722	2,09
supervisores de serviços contábeis, financeiros e de control	6.359*	1,24
serventuários da justiça e afins	5.806*	1,13
vendedores ambulantes	5.616*	1,10
profissionais em pesquisa e análise econômica	5.363*	1,05
professores de disciplinas da educação geral do ensino médio	5.165*	1,01
caixas de banco e operadores de câmbio	4.604*	0,90
corretores de imóveis	4.245*	0,83
corretores de seguros	4.225*	0,83
técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	4.131*	0,81
profissionais de recursos humanos	3.978*	0,78
Compradores	3.635*	0,71
Outras	112.695	22,02

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.
Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, tendo a graduação em CONTÁBEIS como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de referência, Brasil – 2000

OCUPAÇÕES	CONTÁBEIS - Graduação	
	Total	%
TOTAL	233.006	100,00
CORRESPONDENTE À FORMAÇÃO	92.721	39,79
contadores e auditores	70.797	30,38
escriturários de finanças	6.390*	2,74
escriturários de contabilidade	4.976*	2,14
técnicos em contabilidade	4.809*	2,06
técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	4.371*	1,88
diretores de áreas de apoio	1.378*	0,59
OUTRAS OCUPAÇÕES	140.285	60,21
gerentes de produção e operações	17.520	7,52
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	15.159	6,51
gerentes de áreas de apoio	13.121	5,63
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	8.336*	3,58
dirigentes de empresas - empregadores	6.004*	2,58
Ocupação não identificada	4.446*	1,91
secretários de expediente e estenógrafos	4.299*	1,85
serventuários da justiça e afins	3.702*	1,59
representantes comerciais e técnicos de vendas	3.695*	1,59
supervisores de serviços contábeis, financeiros	2.851*	1,22
caixas de banco e operadores de câmbio	2.565*	1,10
profissionais em pesquisa e análise econômica	2.531*	1,09
supervisores de serviços administrativos	2.077*	0,89
vendedores ambulantes	2.008*	0,86
analistas de sistemas	1.963*	0,84
professores de disciplinas da educação geral do EM	1.935*	0,83
almoxarifes e armazenistas	1.863*	0,80
administradores	1.423*	0,61
corretores de seguros	1.305*	0,56
corretores de imóveis	1.206*	0,52
receptionistas	1.123*	0,48
caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	1.078*	0,46
professores do ensino superior	1.032*	0,44
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	1.024*	0,44
Outros	38.019	16,32

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, tendo a graduação em ENGENHARIA como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de referência,
Brasil – 2000

OCUPAÇÕES	ENGENHARIA - Graduação	
	Total	%
TOTAL	366.300	100,00
CORRESPONDENTE À FORMAÇÃO	121.255	33,10
engenheiros civis e afins	61.595	16,82
engenheiros eletroeletrônicos e afins	24.806	6,77
engenheiros mecânicos	20.509	5,60
engenheiros químicos	5.830*	1,59
outros engenheiros, arquitetos e afins	4.082*	1,11
supervisores da construção civil	2.753*	0,75
engenheiros metalúrgicos	953*	0,26
engenheiros de minas	727*	0,20
OUTRAS OCUPAÇÕES	245.045	66,90
gerentes de produção e operações	41.290	11,27
dirigentes de empresas - empregadores	21.433	5,85
gerentes de áreas de apoio	20.020	5,47
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	8.699*	2,37
analistas de sistemas	7.706*	2,10
representantes comerciais e técnicos de vendas	6.497*	1,77
professores de disciplinas da educação geral do EM	5.938*	1,62
contadores e auditores	4.830*	1,32
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	4.434*	1,21
professores do ensino superior	3.843*	1,05
diretores gerais	3.351*	0,91
supervisores de serviços administrativos	3.262*	0,89
diretores de áreas de apoio	3.155*	0,86
desenhistas técnicos e modelistas	3.044*	0,83
administradores	2.763*	0,75
cirurgiões-dentistas	2.313*	0,63
escriturários de finanças	2.288*	0,62
serventuários da justiça e afins	2.285*	0,62
técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	2.237*	0,61
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	2.059*	0,56
técnicos em eletrônica	2.018*	0,55
diretores de áreas de produção e operações (dpo)	2.000*	0,55
Outras ocupações	89.580	24,46

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Ocupação das pessoas de 23 anos ou mais, tendo a graduação em COMUNICAÇÃO como curso mais elevado concluído e que trabalhavam remunerado na semana de referência, Brasil – 2000

OCUPAÇÕES	COMUNICAÇÃO - Graduação	
	Total	%
TOTAL	139.960	100,00
CORRESPONDENTE À FORMAÇÃO	38.700	27,65
profissionais do jornalismo	17.529	12,52
profissionais de marketing, publicidade e comercialização	13.169	9,41
escritores e redatores	3.284*	2,35
especialistas em editoração	1.955*	1,40
locutores e comentaristas	1.680*	1,20
fotógrafos	1.083*	0,77
OUTRAS OCUPAÇÕES	101.260	72,35
gerentes de áreas de apoio	11.193	8,00
gerentes de produção e operações	9.852*	7,04
escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	6.341*	4,53
representantes comerciais e técnicos de vendas	5.121*	3,66
vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	4.654*	3,33
secretários de expediente e estenógrafos	3.718*	2,66
dirigentes de empresas - empregadores	3.175*	2,27
produtores de espetáculos	2.340*	1,67
professores de disciplinas da educação geral do ensino médio	2.157*	1,54
técnicos em turismo	1.813*	1,30
receptionistas	1.600*	1,14
atores, diretores de espetáculos e afins	1.557*	1,11
serventuários da justiça e afins	1.412*	1,01
escriturários de finanças	1.404*	1,00
vendedores ambulantes	1.343*	0,96
desenhistas industriais (designer), escultores, pintores e a	1.228*	0,88
dirigentes das áreas de apoio da administração pública	1.108*	0,79
diretores de áreas de apoio	1.078*	0,77
desenhistas técnicos e modelistas	961*	0,69
professores de nível médio no ensino fundamental	961*	0,69
cirurgiões-dentistas	959*	0,69
operadores de telemarketing	936*	0,67
professores do ensino superior	933*	0,67
supervisores de serviços administrativos	888*	0,63
prof. de discip.da educ.geral de 1ª a 4ª séries do EF	869*	0,62
corretores de imóveis	827*	0,59
supervisores de vendas e de prestação de serviços do comércio	812*	0,58
Outras	32.020	22,88

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: * Não significativo ao nível 5%.

Sobre o(s) Autor(es)

Edson Nunes

Ph. D. em Ciência Política, U.C. Berkeley, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, graduou-se em direito e ciências sociais na UFF. Foi Vice-Presidente executivo do IPEA, Secretário Geral Adjunto do Ministério do Planejamento e Presidente do IBGE. É Diretor Geral do DATABRASIL - Ensino e Pesquisa. Atualmente, Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e exerce a função de Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes (UCAM).

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Morais. Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, fevereiro de 2003.
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo"?**, Edson Nunes. Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)
7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).

8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, *março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração)*.
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. *Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.*
10. **Governo de Transição FHC – Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas, junho de 2003.*
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, *junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração)*.
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, *junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração)*.
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, julho de 2003.*
14. **Descontruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título “Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios”. Documento de Trabalho no. 25.*
15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, *julho de 2003.*
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Moraes e Márcia Marques de Carvalho, *julho de 2003.*
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; *incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração)*.

18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003.*
19. **Segurança versus Insegurança**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003.*
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003*
21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2003.*
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A Universidade na Encruzilhada. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*
25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003.*

26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, janeiro de 2004.*
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, fevereiro, 2004.*
28. **Entre o Passado e o Presente**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, março de 2004.*
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. Série Educação em Números, março de 2004.*
30. **Niterói: Cidade Universitária?**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, março de 2004.*
31. **As Ações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Relacionadas aos Serviços Educacionais**, Edson Nunes, Fabiana Coutinho Grande e Leandro Molhano. *Série Estudos de Políticas Públicas, maio de 2004.*
32. **Perfil dos Egressos, Quotas e Restrições: uma Observação da Educação Superior no Momento de sua Reforma**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: Reforma do Ensino Superior. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro – RJ, 14 de julho de 2004; versão revista e atualizada deste trabalho foi publicada sob o título Educação, Quotas e Participação no Brasil, Documento de Trabalho nº 33.*
33. **Educação, Quotas e Participação no Brasil (Alemanha)**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Diálogo das sociedades civis Brasil - Alemanha", Congresso, Tema: Responsabilidade e solidariedade na democracia: sociedade – política – economia. Palestra: Estratégias para democracia e justiça no Brasil: quotas, educação e participação - Landesbank Baden-Wuerttemberg (LBBW – Banco do Estado de Baden-Wuerttemberg), Stuttgart – Alemanha, 22 e 23 de junho de 2004; também publicado em Universidade em Questão, Lauro Morhy (org). Brasília: Editora UNB, 2003, sob o título "Universidade Brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos".*

34. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**, Edson Nunes e Leandro Molhano. *Trabalho apresentado no Fórum do INAE, Mesa Redonda: O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004; também publicado em Novo Modelo de Educação para o Brasil, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.*
35. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: Expansão, Evasão e Perfil dos Concluintes**", Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Texto apresentado no "Unesco Fórum on Higher Education, Research & Knowledge: Primeira Conferência Regional Latinoamericana del foro Unesco sobre educacion". Porto Alegre, UFRGS, 01 a 03 de setembro de 2004. Série Educação em Números.*
36. **Nota Técnica sobre os documentos "Considerações sobre Autorização dos Cursos de Medicina" e "Consideração sobre Autorização dos Cursos de Direito"**, Wagner Ricardo dos Santos e Leandro Molhano. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, setembro de 2004.*
37. **Nota Técnica: Estudo Comparativo para Projeto do Decreto de EAD**, Helena Maria Barroso e Ives Ramos, *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
38. **Nota Técnica sobre Avaliação Institucional Externa de Faculdades, Centros Universitários e Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado no "Fórum de Reitores do Rio de Janeiro: Nova Política de Avaliação do Ensino Superior", FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2004; também apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
39. **Engenharia Reversa: Análise do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2004*
40. **Ensino Superior e Políticas de Inclusão: Análise dos Gastos Familiares com Educação Superior**, Enrico Martignoni e Ana Beatriz Gomes de Moraes. *Texto apresentado no IX Congresso Solar, Rio de Janeiro, outubro de 2004.*
41. **Economia Política e Regulação da Educação Superior no Brasil**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Leandro Malhano. *Publicado em Avaliação e*

- Regulação da Educação Superior: Experiências e Desafios*, Daniel de A. Ximenes (org). Brasília: FUNADESP, 2005.
42. **Mensuração dos Conteúdos Acadêmicos da Educação Superior**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *abril de 2005*.
 43. **O Ensino e a Profissão Jurídica no Brasil: uma Visão Quantitativa**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2005 (versão preliminar em processo de revisão).
 44. **Diretrizes Políticas da Educação Superior x Instrumentos de Avaliação: uma Nota Técnica**, equipe do Observatório Universitário, *maio de 2005*.
 - a. **A - Análise dos instrumentos de Avaliação de Universidades e Centros Universitários**, Helena Maria Barroso e Ivanildo Ramos Fernandes, *maio de 2000*
 45. **A Questão Universitária no Sistema Federal de Ensino**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *julho de 2005*.
 46. **Considerações sobre o Conceito de “Necessidade Social”: Uma Nota Técnica**, Enrico Martignoni e Leandro Molhano, *abril de 2005*.
 47. **Os Desafios da Universidade Brasileira neste Início de Século e a Formação de nossas Elites**, Edson Nunes, *agosto de 2005*.
 48. **Correspondência entre Diploma e Profissão dos Administradores**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, agosto de 2005. Incorporado ao Documento de Trabalho no. 50. (versão preliminar em processo de revisão)
 49. **Possíveis Inconsistências da Base de Dados Desagregados do Censo da Educação Superior 2003**, Leandro Molhano e Vitor de Moraes Peixoto, *setembro de 2005*.
 50. **Correspondência entre Diploma e Profissão**, Enrico Martignoni, Leandro Molhano, Márcia Carvalho e Vitor Peixoto. *Série Educação em Números*, novembro de 2005. Este texto foi revisto em maio de 2006, incorporando os Documentos de Trabalho no. 48 e 51.
 51. **Correspondência entre Diploma e Profissão - Pedagogia**, Enrico Martignoni, Leandro Molhano, Márcia Carvalho e Vitor Peixoto. *Série*

Educação em Números, novembro de 2005. Incorporado ao Documento de Trabalho no 50.

52. **IES e UCAM: a visão do carioca**, David Morais e Márcia Carvalho. *Série Educação em Números, dezembro de 2005 (versão preliminar).*
53. **A Reforma que não houve**, Edson Nunes e Leandro Molhano, *abril de 2006. Publicado, sob o título "A Reforma Universitária no Quadro-Negro", em Custo Brasil - Soluções para o Desenvolvimento, ano 1, no. 2, abril/maio de 2006.*
54. **Extensão Universitária e o Censo da Educação Superior: uma Nota Técnica.** Violeta Monteiro, *maio de 2006.*